



EMBAIXADA DA REPÚBLICA DA TÜRKİYE
Brasília – D.F.
Brasil

7 de maio de 2026

À atenção da Redação da Band,

Esta carta refere-se ao artigo publicado no site da Band em 26 de abril de 2026, assinado pela Redação, com o título “Conheça a história e o Genocídio do povo Armênio”.

O artigo inclui alegações que distorcem fatos históricos e carecem de base legal, e o texto apenas reproduz, em resumo, a narrativa unilateral que, de tempos em tempos, alguns círculos tentam impor como fatos incontestáveis acerca do referido período histórico. Permitam-me esclarecer os fatos tanto sob a perspectiva da história quanto do direito e da jurisprudência internacionais.

No que diz respeito à complexa cadeia de acontecimentos ocorridos durante os tumultuados últimos anos do Império Otomano, correspondentes à Primeira Guerra Mundial, é crucial olhar além de narrativas unilaterais, em grande parte baseadas na memória histórica, e compreender esse período em sua totalidade, incluindo os acontecimentos anteriores a 1915.

A política de tolerância do Império Otomano em relação às diversas identidades, crenças e culturas garantiu que todas as nações incorporadas ao império chegassem ao século XX preservando fortemente seus idiomas, crenças e culturas. Como reflexo da longa relação especial entre turcos e armênios, baseada em confiança e compreensão mútuas, armênios também ocuparam cargos na administração otomana. Nesse contexto, deve-se enfatizar que foi um armênio otomano quem serviu como Ministro das Relações Exteriores no período de 1912-1913, apenas alguns anos antes do alegado “genocídio”.

A entrada do Império Otomano na Primeira Guerra Mundial foi utilizada como oportunidade por grupos armados armênios para se revoltarem contra o governo otomano em colaboração com forças estrangeiras invasoras, realizando ataques e atos de sabotagem. Em decorrência do número de vítimas desses ataques, o governo promulgou uma lei temporária para realocar - e não deportar - dentro do território do Império a população que vivia nas zonas de guerra, como medida vital de segurança. O alcance dessa lei limitava-se à área de conflito e não era direcionado a qualquer identidade étnica ou religiosa, razão pela qual muitos armênios foram excluídos da realocação. A lei também previa a adoção de todas as medidas necessárias para garantir a segurança das pessoas a serem realocadas. De fato, centenas de milhares de armênios chegaram em segurança aos seus novos assentamentos.

A dissolução do Império foi, sem dúvida, um período extremamente doloroso para milhões de otomanos de diferentes origens religiosas e étnicas, incluindo turcos, armênios e outras nacionalidades (Na verdade, cerca de 5 milhões de turcos e outros muçulmanos foram massacrados durante aquele período calamitoso, conforme documentado por registros históricos). É um dever humanitário honrar a memória de todas as vidas inocentes perdidas nesse episódio trágico.

Além disso, deve-se enfatizar que “genocídio” é um conceito jurídico muito restrito, que designa um crime claramente definido, com requisitos rigorosos, e que somente pode ser estabelecido por um tribunal competente, conforme previsto na Convenção sobre Genocídio de 1948. Tribunais das Nações Unidas confirmaram que esse crime exige um padrão probatório muito elevado. No que se refere aos acontecimentos de 1915, não existe tal decisão emitida por um tribunal competente. De fato, em sua histórica “decisão Perinçek”, de 2015, a Corte Europeia de Direitos Humanos estabeleceu que os acontecimentos de 1915 constituem um tema de legítimo debate de interesse público, distinguindo-os de outros eventos históricos em relação aos quais tribunais internacionais emitiram decisões claras, o que não ocorreu no caso dos acontecimentos de 1915.

Períodos controversos da história devem ser objeto de debate sereno entre estudiosos competentes e imparciais. De fato, a Türkiye propôs à Armênia a criação de uma comissão conjunta de história em 2005, com o objetivo de se chegar a uma narrativa compartilhada baseada em uma memória justa e objetiva. Essa proposta continua sobre a mesa. Além disso, os vastos arquivos otomanos, como uma das principais fontes primárias da época, estão abertos e acessíveis à pesquisa acadêmica, enquanto os arquivos armênios ainda não foram totalmente abertos, o que constitui um obstáculo à adicionais pesquisas acadêmicas e estudos arquivísticos com base em fontes primárias autênticas. É importante destacar que, no debate relativo aos referidos acontecimentos, as partes envolvidas compartilham uma posição clara de oposição à exploração política dessa questão por terceiros países e atores externos, enquanto círculos armênios moderados também questionam as alegações de genocídio.

A posição da Türkiye em relação aos acontecimentos de 1915 tem sido baseada na empatia e no diálogo, reconhecendo a dor compartilhada e o sofrimento humano infligidos pela Primeira Guerra Mundial a todos os cidadãos otomanos, independentemente de suas origens étnicas e religiosas. Respeitamos e homenageamos os armênios que perderam suas vidas, e oferecemos condolências a seus descendentes. De fato, em 24 de abril deste ano, assim como nos anos anteriores, o Recep Tayyip Erdoğan enviou uma carta de condolências ao Patriarcado Armênio da Türkiye, “recordando com respeito os armênios otomanos que perderam suas vidas sob as duras condições da Primeira Guerra Mundial”, ressaltando as valiosas contribuições dos armênios em todas as esferas da vida humana sob o domínio do Império. O Presidente Erdoğan também ressaltou a importância de “preservar a linguagem da paz, da empatia e do diálogo” diante daqueles que “buscam criar animosidade a partir da história”. (O texto integral da carta pode ser acessado por meio das redes sociais da Embaixada.)

À luz do exposto, sem negar o sofrimento dos armênios durante os acontecimentos de 1915, a Türkiye opõe-se à apresentação desse episódio trágico como um “genocídio”. Tal deturpação não apenas contradiz o direito internacional e os fatos históricos, mas também desconsidera completamente o sofrimento de outros povos durante esse período. A compaixão torna-se problemática quando é seletiva.